Política de Advocacy e Lobbying Responsável

Política de Advocacy e Lobbying Responsável

1. ENQUADRAMENTO E ÂMBITO

A MOME, marca registada da SGCH, S.A., defende publicamente soluções para o acesso à habitação, em especial a habitação cooperativa e a preços acessíveis, e a regeneração urbana. Fá-lo sobretudo através do seu Presidente Executivo e da participação no Urban Land Institute (ULI).

Nas B Lab Standards, esta *advocacy* é considerada *lobbying*: inclui comunicar, direta ou indiretamente, com decisores públicos para influenciar decisões públicas, e procurar influenciar a opinião pública com o mesmo objetivo, incluindo através de organizações intermediárias. Esta Política define como a MOME o faz de forma responsável e transparente. Complementa a secção do Código de Conduta sobre atividades de representação de interesses, que a MOME vai rever para a alinhar com esta Política.

Aplica-se à SGCH, S.A., aos membros da Administração e aos/às colaboradores/as sempre que falem ou atuem em nome da MOME, ou intervenham publicamente sobre habitação, urbanismo ou construção numa qualidade associada à MOME: entrevistas, artigos, conferências, redes sociais e cargos em associações ou organizações setoriais.

2. PRINCÍPIOS

a) Só para um impacto positivo

A MOME só faz *advocacy* para contribuir para um impacto positivo na sociedade ou no ambiente, coerente com o seu propósito, tendo como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial a meta 11.1 (acesso de todos a habitação adequada, segura e a preço acessível). Não defende posições contrárias ao seu propósito nem à ação climática.

b) Baseada em dados fiáveis

As posições da MOME assentam em dados fiáveis, ou seja, verificáveis e replicáveis (estatísticas oficiais, como as do INE e do Eurostat; estudos de mercado independentes; trabalhos de organizações de referência), e, quando existam, em estudos científicos publicados em revistas com revisão por pares. Sempre que possível, a MOME indica as fontes em que se baseia.

c) Contribuições políticas

A MOME não faz contribuições políticas, financeiras ou em espécie, a partidos, a titulares de cargos políticos ou a candidatos, nem contrata lobistas ou consultores para fazer *lobbying* em seu nome.

d) Anticorrupção e integridade

Na relação com decisores e entidades públicas, aplicam-se as regras do Código de Conduta sobre corrupção, suborno, ofertas e conflitos de interesses. Ninguém pode oferecer ou aceitar vantagens para influenciar uma decisão pública.

e) Organizações intermediárias

A MOME mantém uma lista das organizações de que é membro ou em que tem um papel relevante (anexo), com os seus objetivos e posições em temas sociais e ambientais, e revê-a todos os anos. Antes de aderir a uma nova organização, verifica se os seus objetivos e posições são compatíveis com esta Política. Quem representa a MOME nessas organizações segue esta Política. Se uma organização intermediária assumir posições contrárias a esta Política, a MOME publica a sua posição face à dessa organização, explica como está a procurar influenciá-la e indica as suas «linhas vermelhas», as circunstâncias em que deixa de participar.

f) Aprovação e revisão

Esta Política é aprovada pelo Conselho de Administração da SGCH, S.A., e revista por este pelo menos de dois em dois anos, ou antes, se houver alterações relevantes.

3. GOVERNAÇÃO, CONTROLO E GESTÃO DE RISCO

- Responsável: o Presidente Executivo responde pelo cumprimento desta Política.
- Como se põe em prática: a Política é comunicada à Administração e a todos/as os/as colaboradores/as e integrada no acolhimento. As posições públicas sobre política pública em nome da MOME são assumidas pelo Presidente Executivo ou com o seu acordo prévio. A MOME mantém um registo simples das atividades de *advocacy* (data, decisor ou fórum, tema, posição defendida e fontes).
- Riscos de incumprimento: posições contrárias ao propósito, conflitos de interesses não declarados, posições de organizações intermediárias contrárias a esta Política e risco de corrupção. Geridos através do acordo prévio às posições públicas, do registo de atividades e da revisão anual das organizações intermediárias.
- Avaliação do cumprimento: todos os anos, a Direção Jurídica e de *Compliance* revê o registo de atividades e a lista de organizações intermediárias e reporta diretamente ao Conselho de Administração.
- Resposta a incumprimentos: um incumprimento desta Política é tratado como violação do Código de Conduta, com as sanções nele previstas. Se uma posição assumida em nome da MOME contrariar esta Política, a MOME corrige-a.
- Preocupações dos *stakeholders*: qualquer pessoa pode apresentar uma reclamação sobre a conduta da MOME, incluindo as suas práticas de *advocacy*, através do Procedimento de Reclamações ou do Canal de Denúncias, ambos disponíveis em mome.pt.

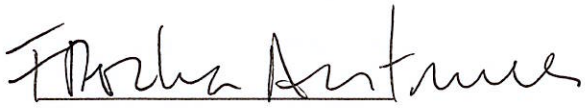
4. TRANSPARÊNCIA

Esta Política e a lista de organizações intermediárias estão publicadas em mome.pt. A MOME reporta publicamente as suas posições de *advocacy* e as contribuições políticas (nulas) nos termos e prazos exigidos pela certificação B Corp.

5. APROVAÇÃO

Aprovada pelo Conselho de Administração da SGCH, S.A.

Porto, 22 de outubro de 2026



Francisco Rocha Antunes

Presidente Executivo, em representação da Administração da SGCH, S.A.

ANEXO — ORGANIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

- Urban Land Institute (ULI): a MOME é parceira corporativa do ULI, cuja missão é «moldar o futuro do ambiente construído para gerar um impacto transformador nas comunidades em todo o mundo». O Presidente Executivo é membro do ULI há mais de 20 anos; foi Chair do ULI Portugal (2021–2024); é co-chair do European Affordable Living Council desde junho de 2024, Global Trustee da ULI desde agosto de 2026 e membro do Conselho Residencial da ULI Portugal. Os Conselhos do ULI reúnem profissionais do imobiliário, do urbanismo, do investimento e da arquitetura para partilhar conhecimento, debater desafios e promover boas práticas para o futuro das cidades.
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE): promove a ética nas organizações e a sua integração na gestão, incluindo normas de responsabilidade social e sustentabilidade.
- Associação Nacional de Coberturas Verdes (ANCV): promove as infraestruturas verdes nas cidades, em especial nos edifícios, juntando empresas, autarquias e investigação.
- EightySeven (antiga PropTech Lab), Bruxelas: comunidade de empresas, startups e investidores da construção e do imobiliário que promove a inovação e a transição digital do setor.
- REScoop.eu, Bruxelas: federação europeia de cooperativas de energia dos cidadãos; representa os seus membros junto dos decisores europeus e promove o modelo cooperativo na energia.
- Grupo de trabalho da Plataforma de Investimento Pan-Europeia para Habitação Acessível e Sustentável e da Coligação Europeia para o Financiamento da Eficiência Energética (Comissão Europeia): a MOME integra o grupo desde outubro de 2026; o grupo procura soluções práticas, instrumentos financeiros e ferramentas digitais para a habitação acessível e a renovação.
- Pacto do Porto para o Clima: a MOME é subscritora desta iniciativa do Município do Porto, cuja meta é tornar a cidade neutra em carbono até 2030.